

“O NERVO MAIS FORTE DAS FRONTEIRAS”

dinâmicas sociais dos índios no Paraguai
[séculos XVI e XVII]

Bruno Oliveira Castelo Branco*

RESUMO

O processo de constituição das fronteiras ibéricas no sul da América meridional ao longo do período colonial impactou de forma significativa na história das populações indígenas habitantes desses espaços. Os índios participaram de forma ativa na construção destes territórios, integrando a nova realidade que era articulada a partir das instituições políticas, religiosas e formas de organização do trabalho empregadas pelos espanhóis na América: a encomienda e, concomitantemente, a atividade missionária. Nessa direção, pretende-se problematizar a situação de fronteira, considerando seu complexo dinamismo social, enfatizando a análise de situações concretas vivenciadas pelos índios no Paraguai colonial.

Palavras-chave: Fronteira - Índios - Paraguai colonial.

ABSTRACT

The process of constitution of the Iberian borders in southern South America during the colonial period impacted significantly in the history of indigenous peoples, inhabitants of these areas. The Indians began to participate actively in the construction of these territories, reflecting the new reality that was linked from the political, religious and forms of work organization employed by the Spanish in America: the encomienda and, in parallel, missionary activity. In this direction, we intend to discuss the border situation, considering its complex social dynamism, emphasizing the analysis of concrete situations experienced by Indians in colonial Paraguay.

Keywords: Frontier - Indians - colonial Paraguay.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).
E-mail: olivercastelo@gmail.com.

Fm 1659, o governador de Buenos Aires, Pedro Baigorri, escreveu uma carta para o monarca espanhol na qual fez uma denúncia sobre o governador do Paraguai, Juan Blasquez de Valverde. No documento, acusou seu colega em Assunção de sustentar desconfianças em relação aos jesuítas e defender a retirada dos índios das missões para serem entregues aos colonos. Baigorri ponderou sobre a necessidade da manutenção dos nativos no interior das missões, justificando que, sob a orientação dos jesuítas, os índios eram responsáveis pela proteção, organização e defesa do território espanhol contra as ameaças dos invasores portugueses na fronteira. Segundo ele, os numerosos guaranis eram extremamente fiéis, obedientes ao monarca e aos seus governadores. Prestaram serviços diretos ao rei, garantindo as posses das terras pela monarquia. Por isso, mereciam ser tratados como súditos dignos, em condições semelhantes aos espanhóis: eram "el nervio mas fuerte destas fronteras".¹

No caso narrado acima percebe-se a preocupação com o status social dos índios. Para o governador, os nativos das fronteiras eram tão indispensáveis para a monarquia na garantia do território que mereciam desfrutar de condições jurídicas similares a dos espanhóis. É importante ressaltar que a condição indígena refletia a lógica da sociedade de Antigo Regime, caracterizada pela diferenciação jurídica, onde os graus na hierarquia separavam os grupos sociais de acordo com sua "qualidade". Nesse sentido, os nativos possuíam uma posição diferenciada, determinada pelo seu nascimento. Durante o período Moderno, os índios inseridos na sociedade colonial foram considerados legalmente livres. No entanto, sua "liberdade" jurídica era relativa, constantemente comprometida pelos interesses colonialistas. O estigma social da condição indígena era interpretado pelos índios como um entrave, o seu espaço de circulação era muitas vezes restrito ao interior dos pueblos, conforme previsto pela legislação vigente². Ainda sim, essas restrições não impediram que os nativos articulassem suas políticas, movidos pelas próprias vontades, desejos e aspirações e, com isso, buscassem as alternativas possíveis naquele mundo.³

Neste artigo, pretende-se perceber o processo de formação das fronteiras no Paraguai colonial, através da análise das conjunturas específicas dos séculos XVI e XVII, cotejando diferentes situações históricas as quais as populações indígenas estiveram diretamente envolvidas. Tomando como ponto de partida a história dos índios, procura-se evidenciar o profundo e complexo dinamismo social existente nessas regiões, percebendo como as identidades que os nativos assumiram em contato com os ibéricos podem revelar aspectos da sociedade que se constituía nos contatos, além das articulações políticas dos nativos na defesa de seus interesses.

1 BAIGORRI, Pedro. "Doc: XXVII – Carta do governador de Buenos Aires, D. Pedro Baigorri, para o Rei de Espanha, em defesa da Companhia e dos índios guarani (15/03/1659)". In: CORTESÃO, Jaime (Org.). Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.275.

2 Como previsto pela legislação colonial, a sociedade era separada em duas repúblicas: a de espanhóis e a de índios. Sobre o assunto ver: ELLIOTT, J. H. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: a América Latina Colonial 1. Vol. 1. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, p.308-09. Sob a administração dos jesuítas, esses pueblos ou república de índios se tornaram reduções ou missões. Como sugere Maxime Haubert, a diferença era apenas na nomenclatura, "a organização das 'reduções' não é original em si: nem a palavra nem a coisa são uma invenção dos jesuítas. Mas as reduções entre os guaranis constituem a legislação imperial finalmente aplicada". Ver: HAUBERT, Maxime. Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.197.

3 Sobre detalhes da discussão acerca da dimensão de liberdade indígena, ver: GARCIA, E. F. "Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII". Tempo - Revista do Programa de pós-graduação em Historia da UFF, Vol. 19 n. 35 | Dossiê: Missões na América Ibérica - dimensões políticas e religiosas, 2013, pp.84-95.

As populações indígenas da porção meridional da América do Sul participaram ativamente no processo de delimitação das fronteiras ibéricas ao longo da época colonial⁴. No Paraguai e nas demais áreas da América espanhola, passado o conturbado período das conquistas militares, foram empregados novos mecanismos que visavam a inserção dos índios ao sistema local com a finalidade de expandir os incipientes núcleos hispano-criollos. Influenciados por expectativas de enriquecimento visando encontrar metais preciosos, os colonizadores ibéricos organizaram diversas expedições voltadas para o interior do continente. Nessa empreitada precisaram contar com o auxílio dos índios que os serviram como guias, tropas militares e carregadores de suprimentos.⁵

Contudo, se determinados nativos constituíram alianças e lidaram com os espanhóis sem grandes empecilhos, outros grupos representaram sérias ameaças à expansão da colonização - foi o caso dos índios denominados “infiéis” nas fronteiras. Alguns grupos indígenas, como os guaranis, mantiveram relações relativamente amistosas com os espanhóis durante boa parte do período colonial. Entretanto, outras nações, como os paiaguás e os guaicurus, promoveram assaltos constantes aos pequenos núcleos coloniais do Paraguai na segunda metade do século XVI. Em outras palavras, somente através das alianças firmadas com os guaranis foi possível viabilizar e expandir a colonização na região. As relações de amizade e inimizade firmadas entre os povos indígenas e os ibéricos eram bastante frágeis e sofreram modificações de acordo com as diferentes conjunturas atravessadas.⁶

Nesse contexto, a encomienda - tributo devido em forma de trabalho pelos índios - seria repartida entre os colonos assuncenhos através da concessão de mercês promulgadas pelos governadores locais, no decorrer da segunda metade do século XVI. Assim, o emprego da mão-de-obra nativa foi vital para a edificação de qualquer tipo de colonização nessas áreas com escassos recursos humanos e materiais. A necessidade de expansão das fronteiras era latente, a distribuição de encomiendas representava a tentativa de integrar as populações nativas ao trabalho em proveito dos colonos. Além disso, a distância dos centros de mineração do antigo império Inca e as dificuldades no acesso ao Alto Peru e à rota de Potosí impossibilitou a diversificação da economia.⁷

Paralelamente à repartição das encomiendas no Paraguai, as ordens religiosas - os franciscanos e, num segundo momento, os jesuítas - promoveram a expansão da atividade missionária pelas regiões de fronteira. Seus maiores sucessos foram obtidos no Guairá, no Tape e no Itatim⁸. Uma vez que as encomiendas de índios não apresentaram o resultado esperado,

4 As informações geográficas e etnográficas deixadas pelos jesuítas consideram que a população nativa do Paraguai era basicamente constituída por índios da nação guarani. Contudo, o etnônimo guarani era relativo apenas aos índios considerados aliados dos espanhóis. Dentre eles, os que adentraram nas missões ficaram conhecidos como “missioneiros”.

5 Sobre a importância dos nativos no avanço das fronteiras, o trabalho de Sérgio Buarque de Hollanda ainda permanece uma referência importante. Ver: HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed, São Paulo: Cia. das Letras. (2001 [1957]).

6 Sobre a análise de processos semelhantes, ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

7 Vários autores têm demonstrado que a história do América do Sul meridional colonial só pode ser compreendida quando se se considera a questão da necessidade de utilização do trabalho indígena na região. Sobre a questão, ver: GADELHA, Regina Maria A. F. *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995; SERVICE, Elman. “The Encomienda in Paraguay”. In: WEBER, David. J & RAUSCH, Jane. M. *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History*. Wilmington, DE: Scholarly Resource S Inc, (1994[1951]), pp.99-115.

8 Grande parte destas antigas regiões do império espanhol integram o atual território do Brasil. O Guairá ocupava o território que hoje corresponde ao estado brasileiro do Paraná, enquanto que o Tape, o estado do

consequência dos obstáculos impostos à produção e a ameaça de invasores portugueses e outros indígenas inimigos na fronteira, a monarquia precisou contar com a solução do sistema das reduções jesuíticas, que já vigorava em outras áreas da América. Como destacou Charles Boxer, a prática da missionação substituiu em longo prazo as expedições de resgate e as conquistas militares nas áreas periféricas. Na falta de recursos, os regulares assumiram um papel preponderante na ocupação das fronteiras.⁹As áreas fronteiriças foram percebidas durante um longo tempo pela historiografia como o limite entre a civilização e a barbárie⁹. Com a renovação dos estudos sobre a temática indígena, possibilitado principalmente pelos diálogos estabelecidos com a Antropologia, os historiadores passaram a considerar os processos de construção de identidades nestes espaços como um produto essencialmente mestiço, ou seja, multicultural¹⁰. Nessa perspectiva, buscando se diferenciar das análises predominantemente essencialistas que limitaram a compreensão da dinâmica social da fronteira e interpretaram a atuação dos índios a partir da ótica da aculturação ou da resistência, as novas abordagens da história indígena apontam para a existência de complexos fenômenos sociais nesses espaços - os processos de etnogênese e etnificação - categorias identitárias surgidas a partir da situação colonial que variavam de acordo com os diferentes contextos americanos.¹¹

As encomiendas - expansão das frentes de fronteira

Como amplamente discutido pela historiografia, a encomienda foi a instituição mais duradoura que moldou a organização social e as formas de trabalho envolvendo espanhóis e as populações indígenas no Paraguai colonial. No início da colonização, a expansão dos limites territoriais castelhanos contou com a aplicação deste modelo, atraindo os pueblos mais distantes para a esfera de influência da sociedade colonial. A discrepância entre a quantidade de colonos e de índios era um problema latente, ainda mais considerável na fronteira, e o desconhecimento da geografia da região pelos colonizadores inviabilizou qualquer conquista militar efetiva. A instabilidade local, pré-existente mesmo entre os grupos indígenas que guerreavam constantemente entre si, foi aguçada com a chegada dos espanhóis na década de 1530. A cidade de Assunção se viu assolada durante a segunda metade do século XVI por diversos ataques de grupos nativos, o que dificultou o assentamento colonial na localidade. Para estruturar as bases da colonização, era necessário atrelar a mão-de-obra nativa às demandas locais dos colonizadores. Assim, as encomiendas no Paraguai foram distribuídas oficialmente apenas na segunda metade do século XVI. Porém, o modelo que permitiu sua difusão em escalas maiores a partir de 1556, ano da distribuição dos repartimentos pelo governador Irala nas regiões mais distantes de Assunção, já vigorava nas relações entre os colonos e os nativos guaranis pelo menos desde a década de 1530 de forma bastante autônoma.¹²

Rio Grande do Sul. Finalmente, o Itatim colonial compreendia o território contemporâneo do estado do Mato Grosso do Sul.

9 TURNER, Frederick Jackson. "O significado da fronteira no Oeste Americano". In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, 2004.

10 Considerando aqui a ideia de mestiçagem social, ou seja, para além da discussão em torno da existência de uma "essência indígena pré-colombiana", estudos recentes vêm permeando as diferentes maneiras de apropriação social dos índios em situação colonial. Sobre a questão, veja-se: POLONI-SIMARD, Jacques. *El Mosaico Indígena: movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*. Quito: IFEA/Editorial Abya-Yala, 2006; FARBERMAN, Judith y RATTO, Silvia. (coords.) *Histórias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

11 Para um aprofundamento nas questões acerca dos conceitos, ver: BOCCARA, Guillaume. "Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, 2001, Puesto en línea el 08 febrero 2005. consultado URL: <http://nuevomundo.revues.org/426>; DOI: 10,4000 / nuevomundo.426.

12 Regina Gadelha indicou a existência de dois tipos de *encomienda*. O primeiro tipo, a *yanacoña*, mais comum no Paraguai colonial, se caracterizava pela prestação de serviço pessoal, os índios conviviavam nas casas dos *encomenderos*, onde garantiam alimentação e proteção. O outro tipo, a *mita*, se traduzia pelo deslocamento de grupos de índios liderados pelos caciques para o trabalho em obras públicas, na agricultura, caça e pesca. Ver:

Preocupados na garantia da defesa do território recém-conquistado dos assaltos dos índios paiaguás e guaiacurus, os colonos consolidaram uma série de alianças com os caciques guaranis, também inimigos daqueles índios. Essas alianças se firmaram principalmente através dos matrimônios, os espanhóis tomaram muitas índias como esposas nos contatos iniciais, mantendo algumas práticas nativas como a poligamia e as obrigações de parentesco. Porém, havia a contrapartida: na medida em que os colonizadores auxiliaram os guaranis na guerra contra os seus rivais indígenas em comum, os guaranis eram convocados para prestar uma série de serviços pessoais aos colonos durante determinados meses do ano. Sendo “confiados à proteção e instrução religiosas de seus encomenderos, os índios deviam pagar-lhes tributo em produtos e/ou serviços. Como instituição legal, a encomienda não envolvia direitos sobre as terras indígenas”.¹³

A característica particular que o sistema das encomiendas assumiu no Paraguai foi produto de uma experiência diferenciada das outras áreas onde a mesma também vigorou, sendo resultado direto das estruturas sócio-econômicas que se moldaram na região. Além disso, se faz necessário considerar também a influência dos povos originários, os guaranis, envolvidos nesse processo. Na falta de estruturas pré-hispânicas bem desenvolvidas como as encontradas pelos espanhóis no Peru ou na Mesoamérica, os colonizadores precisaram improvisar diversas situações. Consequentemente, com o alargamento das fronteiras a subsistência vigorou, houve um incremento da economia local, sobretudo com a exploração de gêneros alimentícios propícios ao solo da região, como a erva-mate. Assim, as encomiendas originais, as primeiras que existiram no Paraguai, possibilitaram as fundações de outros núcleos coloniais nos arredores de Assunção, expandindo as fronteiras e, com isso, permitindo que cada vez mais índios fossem convocados para o trabalho compulsório.¹⁴

Nesse sentido, as ordenanças dos governadores do Paraguai da segunda metade do século XVI, introduziram um sentido para a difusão do sistema, ampliando cada vez mais o número de índios destinados aos particulares e estendendo o tempo de serviços pessoais. A divisão das encomiendas respeitou os critérios a hierarquia do mundo colonial, os encomenderos mais poderosos, ligados aos interesses dos antigos conquistadores, conseguiram com mais facilidade a liberação de quantidades maiores de nativos.¹⁵

Entretanto, como forma de exercer o controle sobre a encomienda e sobre as ações dos conquistadores, a coroa passou a impedir cada vez mais que os encomenderos acumulassem nativos sob sua tutela. Ao longo de todo o século XVI, os reis castelhanos ratificaram reiteradamente a liberdade jurídica dos nativos. Com o tempo, a coroa proibiu legalmente a repartição de novas encomiendas, medidas que eram constantemente ignoradas pelos colonos espanhóis. No caso do Paraguai, o monarca Felipe II, por exemplo, permitiu que os índios permanecessem sob a tutela dos encomenderos por três gerações ao invés de duas, como era previsto em lei¹⁶. Por outro lado, na América portuguesa, a ação dos particulares permitiu tanto a permanência da “guerra justa” como as expedições de descimento ou resgate enquanto formas de driblar as vontades da monarquia e manter o controle na prática sobre os índios. John Monteiro demonstrou que os colonos, tanto no Paraguai quanto em São Paulo, foram hábeis defensores de seus interesses por meio das governanças locais e, portanto,

GADELHA, op.cit, pp.104-08.

13 MORNER, Magnus. “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no período colonial”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v.2. São Paulo: EDUSP/Brasília: FUNAG, 1999, pp.188-89.

14 SERVICE, op.cit, p. 106-107.

15 *Ibidem*.

16 SERVICE, op.cit, p.107.

estiveram articulados em torno do mesmo objetivo: o domínio "da pessoa e do trabalho indígena"¹⁷.

Fosse como fosse, as fronteiras entre a escravidão e o trabalho compulsório nem sempre eram claros na vida prática para os nativos: as dimensões da liberdade indígena assumiram significados distintos a partir das particularidades locais. Longe do sentido coetâneo, a própria noção de liberdade era limitada: os índios deveriam permanecer no interior dos pueblós, só saindo quando requisitado pelos agentes coloniais. Contudo, quer as leis fossem respeitadas ou não, o tempo de serviço prestado era suficiente para tornar bastante difícil as condições de sobrevivência dos nativos. Na região do Guairá, por exemplo, os guaranis reclamavam, contando com o apoio dos jesuítas, a diminuição do tempo de serviço nas lavouras para dois meses. Num documento escrito pelos padres em língua guarani, os índios reduzidos "relatavam" o medo de serem levados para Maracaju, local de exploração da encomienda. Lá, além dos exaustivos trabalhos nas lavouras no qual eles padeceram durante vários meses, também testemunharam a execução do cacique, que havia recusado ceder um de seus filhos para trabalhar para os colonos:

Os espanhóis não nos levaram apenas com perseguições, mas contra nossa vontade. Nos amedrontaram trazendo o tenente de Maracaju chamado Sayavedra com gente de guerra para nos castigar (...) por termos voltado de Maracaju depois de haver trabalhado ali muitos meses, nos esgotando diante dos olhos de nossos pais, mulheres e filhos. E aqui, nesse extenso pueblo, também castigaram o cacique Rodrigo Mbae ay, queimando-lhe a cara com um tição diante dos nossos olhos, quebrando a nossa coragem com dor.¹⁸

Nesse trecho fica evidente o temor dos índios de serem convocados para prestação de serviços aos encomenderos. No contexto da exploração da mão-de-obra dos índios do Guairá, a população nativa havia decaído perceptivelmente em todo o Paraguai, resultado do espriamento de epidemias e pequenos ciclos de fome nas reduções. A circulação de índios e europeus pelos mesmos espaços com o tempo foi mostrando que os contatos eram extremamente danosos para os nativos, argumento que a Companhia de Jesus iria resgatar para impedir a prestação de serviços por parte dos índios reduzidos.

Em condições bastante adversas, muitos índios preferiram deixar os pueblós de origem e partir para os núcleos urbanos em busca de outras oportunidades, misturando-se à sociedade envolvente¹⁹. Outros acabaram aderindo ao estilo de vida proposto pelos padres das missões. Como veremos a seguir, em qualquer uma dessas possibilidades havia perdas,

17 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra...* op.cit, 1995.

18 "Doc: XLIX — Resposta que os índios de Santo Inácio deram aos padres Joseph Cataldino e Cristoval de Mendiola, quando estes lhes comunicaram as provisões reais em que manda aos índios das reduções não sirvam mais que dois meses, nem sejam levados à Maracaju na estação doentia. Acompanhado de testemunho de vários padres da Companhia. Santo Inácio, (14/08/1630)". In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p. 355. [Tradução livre].

19 "Over time, yanaconaje grew into a significant form of rural and urban labor, and as Indians began to avoid tribute and labor obligations by migrating from their communities". In: MONTEIRO, John Manuel. "Labor systems, 1492-1850". In: Coatsworth, H.; Cortés-Conde, Roberto; Bulmer, Thomas V. (eds). *Cambridge Economic History of Latin America vol.1: The Colonial Era and the Short Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>. Acesso em: 28 set.2006.

mas isso não significou que eles reagiram passivamente às circunstâncias, mas participaram ativamente dos processos históricos que constituíram a fronteira.

A missão como alternativa para os índios?

A missão foi uma instituição de fronteira²⁰. Nos limites das possessões espanholas na América o poder metropolitano era demasiado frágil, havia poucos recursos humanos ou materiais disponíveis que pudessem garantir sua preponderância sobre os interesses locais, sobretudo nas regiões fronteiriças. Percebido isto, a coroa estruturou uma maneira mais rentável de garantir a ocupação das áreas limítrofes, sustentar expedições militares lhe saiu bastante dispendioso. Além disso, os debates em torno dos direitos indígenas também contribuíram para frear as guerras praticadas contra os índios. Assim, com a instituição do *Padronazgo* foi delegado ao monarca, pelo papa, o controle da igreja no ultramar, conferindo às ordens religiosas a tarefa da disseminação do catolicismo dentre as populações nativas. Os jesuítas, por exemplo, possuíam uma dupla filiação: se por um lado prestavam obediência à igreja em Roma, por outro, eram pressionados pelas diretrizes das monarquias ibéricas.

Desde os primeiros trabalhos dos inicianos no Paraguai, a Companhia de Jesus demonstrou uma preocupação significativa com a questão da expansão do seu campo de atuação, tendo participado das principais contendas pela posse dos índios no século XVII na América meridional. Nas correspondências trocadas entre os padres ficou explícito o plano de expansão das missões, a partir da região do Itatim, entre os índios “bárbaros” e “infiéis” da região do Chaco e de Chiquitos, habitantes relativamente distantes dos núcleos coloniais. Como se percebeu ao longo do tempo, este projeto jesuítico logo malogrrou. Seu fracasso foi consequência do aumento das tensões com os colonos.²¹

Contudo, a eficácia na atuação dos padres não pode ser diminuída, sobretudo considerando a quantidade de reduções fundadas ainda na primeira metade do século XVII. Extremamente influentes e inseridos nos mais diversos assuntos da monarquia, além de detentores de um vasto poder material, os jesuítas mobilizaram amplamente mecanismos legais para se apossar da tutela dos índios, com destacável eficácia. Magnus Mörner frisou os sucessos obtidos por eles em conseguir isentar legalmente os índios da prestação de serviços pessoais, no Guairá e no Itatim, para o descontentamento dos colonos assuncenhos.²²

Anteriormente ao estabelecimento dos jesuítas, os encomenderos eram os grandes beneficiados pelo trabalho indígena. Porém, com a entrada dos missionários no Paraguai, a administração direta dos nativos se converteu no elemento de interseção nas disputas locais, que abarcaram os colonos, os padres e também os interesses metropolitanos. Como já mencionado, o encomendero possuía determinadas obrigações com seus trabalhadores indígenas, sobretudo os ensinamentos católicos. Todavia, era relativamente fácil para os colonos preocupados com o sucesso de seus empreendimentos, negligenciarem o dogma religioso em prol do engajamento dos nativos nas atividades econômicas²³. Isso ocorria porque

20 BOLTON, Herbert Eugene. “La misión como institución de la frontera en el septentrión de Nueva España”, *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera*, Anexo 4, Revista de Indias [1990(1917)], Madrid: CSIC, pp. 45-60.

21 ZURBANO, Lupércio. “Doc:XI - Instrução do padre provincial Lupércio de Zurbano para os missionários do Itatim(22/09/1643).” In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*, op.cit, p. 65-68.

22 MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el río de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968. p.54.

23 À época das ordenanças do governador Irala de 1555, por exemplo, o mesmo destacou a necessidade da

os encomenderos enfrentaram enormes dificuldades para submeter os índios ao trabalho, alimentado em parte não apenas pelo acesso difícil aos inóspitos puebllos, mas também devido às pressões da coroa espanhola, interessada na manutenção e cumprimento da legislação indigenista. Em suma, a partir do século XVII, a difusão da atividade missionária se converteu no principal obstáculo na esfera local à exploração do trabalho indígena pelos colonos, remodelando o jogo de forças nas relações de fronteira.

Evidentemente, os índios temiam mais do que qualquer situação, a de escravidão. Segundo apontado anteriormente, o cativo indígena moldou a base da sociedade paulista na América portuguesa e possibilitou a expansão da economia voltada para o interior do continente. É possível perceber os altos custos humanos que a produção escravista representava para os índios. Além do lado violento da escravidão, havia a questão do estigma social que a condição de cativo carregava, característica da sociedade durante o período Moderno. Traçando uma análise comparativa com a situação na América espanhola, a encomienda no Paraguai parecia não representar uma realidade muito distinta para os guaranis: as severas condições impostas pelo trabalho compulsório durante longos períodos, isso sem considerar os maus-tratos, eram suficientes para reduzir a expectativa de vida da população, assegurando seu lugar nos estratos mais baixos da sociedade. Decerto, muitos guaranis acabaram preferindo a alternativa das missões, onde mesmo com perdas enormes, estariam protegidos da exploração compulsória e também da escravidão. Uma das questões levantadas pelos índios era a negligência do monarca espanhol em protegê-los dos abusos coloniais. Quando tomaram conhecimento através dos jesuítas que a coroa pretendia reduzir o tempo de trabalho, os índios escreveram à metrópole com a ajuda dos padres, onde esboçaram algumas de suas percepções do contexto em que se encontravam:

Temos nos alegrado e consolado muito depois de ter ouvido o que o Rei e o Senhor disseram, e nos parece que de agora em diante sua Majestade está nos olhando. Antigamente, quando vivíamos pobres e acossados pelos espanhóis, nos parecia que sua Majestade não tinha notícias de nós, mas de agora em diante, depois de ter ouvido suas provisões reais, nos consolamos por ver que ele já as tem, e parece que agora ele nos olha e nos favorece.²⁴

Nesse sentido, era necessário para o sucesso da Companhia de Jesus demonstrar aos caciques as boas intenções dos jesuítas e promover uma aproximação mais direta dos nativos com o monarca, visando a garantia dos direitos indígenas e o sucesso da missão. O cacique e xamã Nanduabuçu, descrito na carta anual do jesuíta Diogo Ferrer como um das principais lideranças dos índios itatins, se mostrou amigável aos missionários apenas quando eles afirmaram que no interior das reduções não circulariam espanhóis.²⁵

doutrinação mais efetiva dos guaranis por parte dos encomenderos, como forma de melhor governá-los. O número de missionários que atuavam no Paraguai era irrisório quando comparados à quantidade de espanhóis vivendo de acordo com os costumes nativos. Esse motivo também incentivou a ida dos jesuítas para o Paraguai. Ver: SERVICE, Elman, op.cit, p.106.

24 "Doc: XLIX — Resposta que os índios de Santo Inácio deram aos padres Joseph Cataldino e Cristoval de Mendiola, quando estes lhes comunicaram as provisões reais em que manda aos índios das reduções não servirem mais que dois meses, nem sejam levados à Maracaju na estação doenteia. Acompanhado de testemunho de vários padres da Companhia. Santo Inácio, (14/08/1630)". In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá...*, op.cit, p.354.[Tradução livre].

25 FERRER, Diogo. "Doc: VII – Anua do Padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos

Em 1607, a fundação da província jesuítica do Paraguai evidenciava os intuitos não apenas religiosos, mas políticos da ordem inaciana. Com o estabelecimento de uma jurisdição eclesiástica relativamente autônoma, os padres tomaram controle sobre boa parte dos índios guaranis. Isso ocorreu em parte devido às intenções dos índios de fugir da encomienda, como explicitado, mas não somente: é relevante considerar o empenho dos jesuítas perante a coroa na proteção das populações nativas. O notável prestígio político que angariaram com o sistema das reduções era sustentado, em grande medida, pelo seu engajamento nas políticas pró-indigenistas. É claro que não protegeram os índios apenas porque lhes tinham apreço, mas principalmente com o objetivo de fortalecer seu próprio projeto de dominação.

Nesse contexto, os padres são solicitados pelo governador do Paraguai para atuarem tanto nas questões relativas à vida espiritual dos nativos quanto no ensino da concepção cristã do trabalho. Pelo menos no momento inicial da missão, os colonos assuncenhos acreditavam que a atividade dos missionários poderia ser útil para doutrinar uma quantidade maior de índios, que seriam destinados posteriormente à encomienda²⁶. Uma das principais causas que explicaram o direcionamento das expedições de apresamento no caminho das reduções era a concentração de inúmeras famílias nativas aglomeradas em núcleos, o modelo das reduções facilitava o acesso e o trânsito dos colonos por esses espaços, mesmo que de forma ilegal. Os guaranis missionários se mostraram bastante atrativos do ponto-de-vista dos colonos. Ao contrário dos “tapuias” ou “infiéis”, estavam mais bem inseridos nos códigos do mundo colonial. Contudo, é impossível afirmar se eles eram mais adequados ao trabalho por conta disso. De qualquer forma, os missionários se tornaram alvo tanto das expedições de apresamento, realizadas pelos portugueses, como também das pressões pelo aumento da demanda de encomiendas, no lado espanhol.

Possivelmente, um dos casos mais conhecidos da região na qual os inacianos defenderam a necessidade de proteção dos nativos tenha sido o da viagem dos jesuítas Francisco Diaz Taño e Antonio Ruiz de Montoya para a Europa. Os padres, que presenciaram as atrocidades praticadas pelos portugueses contra as reduções, reivindicaram à coroa e ao papa medidas legais de proteção e permissão para o emprego de armas de fogo contra os lusitanos e organização da defesa das reduções, como se mostrou necessário.²⁷

Assim, os inacianos voltaram da Europa munidos de documentos régios e breves papais. Para a sua infelicidade, resolveram apontar no retorno da viagem nas vilas portuguesas entre as regiões de São Paulo e São Vicente, onde encontraram forte oposição dos colonos locais no Brasil. Lá divulgaram abertamente o resultado de seus pleitos; a reiteração da proibição do cativeiro dos índios pelo papado e das atividades sertanistas ilegais de apresamento dos nativos pelo monarca. Nessa empreitada, contaram com o apoio de seus colegas jesuítas portugueses. Porém, a ideia de divulgação das suas conquistas políticas logo se mostrou catastrófica para os padres, que foram violentamente repelidos pela sociedade paulista. O resultado dessa contenda rendeu efeitos muito amargos para a Companhia de

indígenas do Itatim. (21/08/1633)”. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Itatim*, op.cit, p.37.

26 Antes da chegada dos jesuítas, eram os franciscanos que lidavam sem muito sucesso com a população guarani. ver: MAEDER, J. A Ernesto “Las misiones jesuíticas” In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus, 2010, pp. 113-133.

27 MONTTOYA, Antonio Ruiz. “Doc: LX - Cópia da petição do padre Antônio Ruiz de Montoya à sua majestade, relatando os estragos dos índios infiéis e dos paulistas nas reduções da Companhia de Jesus e pedindo-lhe licença para que as ditas reduções possam ter armas de fogo e assim defender-se das invasões dos paulistas (1640)”. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção De Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá...*, op.cit, pp. 441-42.

Jesus na América portuguesa: seus membros foram expulsos de São Paulo em 1640 e tiveram os seus bens e terras confiscados, tendo retornado apenas anos depois do incidente. Assim, disfarçada sobre o nome de "administração particular", a escravidão indígena pôde perdurar durante o século XVII.²⁸

Os jesuítas adotaram a estrutura dos aldeamentos, surgida a partir das experiências na América portuguesa, para conduzir a missionação na região de fronteira do Paraguai. Inicialmente, as primeiras missões se organizaram de forma itinerante. Basicamente, os padres eram redirecionados a partir do colégio jesuítico de Assunção para os pueblos em duplas, onde utilizavam os caciques, crianças e mulheres para convencer a população a aderir à missão²⁹. Nesse sentido, era preciso articular uma direção para que a evangelização fosse eficaz. Num curto espaço, as missões deixaram de ser itinerantes e passaram a se concentrar em reduções fixas e organizadas, o que facilitava sua administração. Afinal, o projeto missionário também passou por redefinições quando posto em prática pelos jesuítas.³⁰

De qualquer modo, os padres foram bem-sucedidos na expansão das missões entre os índios. Na década de 1610, conseguiram estabelecer as reduções no Guairá e no Tape. Nos anos seguintes, os missionários concentraram esforços nas missões do Uruguai, alcançando regiões mais próximas das vilas portuguesas no Brasil. Porém, apenas na década de 1630 eles atingiram a região do Itatim. Essa localidade era bastante preciosa para os interesses geopolíticos da Companhia, uma vez que funcionava como porta de entrada das missões entre os índios "infieis" do Chaco e de Chiquitos. Os itatins, como ficaram conhecidos os nativos dessa região, mantinham relações de troca, amizade e parentesco com grupos guaicurus, hostis à sociedade colonial. Por outro lado, também possuíam outros grupos como inimigos, os paiguás que senhoreavam as passagens dos rios.³¹

O temor de ataques de índios hostis à presença espanhola eram bastante comuns, tanto nas missões quanto nos núcleos coloniais. No entanto, os paulistas envolvidos com atividades sertanistas durante o século XVII, passaram a representar um enorme empecilho à sobrevivência do projeto missionário no Paraguai. Num primeiro momento, os sertanistas portugueses buscavam encontrar rotas alternativas que atingissem as áreas de mineração espanholas. Posteriormente, o cativo de índios se converteria no principal espólio dos portugueses na região de fronteira.

Apesar da organização da defesa das missões com armas de fogo e a montagem de serviços de espias indígenas pelos jesuítas e também alguns caciques, os portugueses tiveram êxito na destruição das missões do Guairá(1629) e do Itatim(1648), tendo levado milhares de índios escravizados para São Paulo. A população missioneira remanescente reunida pelos jesuítas seria por fim dispersada, se abrigando em áreas mais distantes. Possivelmente, alguns grupos se misturaram aos índios que não mantinham relações com os espanhóis ou buscaram abrigo em reduções mais afastadas e de difícil acesso para os bandeirantes.³²

28 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*, op.cit, pp. 145-47.

29 HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões, séculos XVII-XVIII*,...op.cit. 1990.

30 O projeto dos jesuítas foi alvo de constantes reformulações durante o período colonial. É importante destacar que a realidade enfrentada pelos padres em seu trabalho nas missões, muito distinta das suas expectativas de êxito, era um dos principais fatores que comprometia a expansão da atividade missionária. Sobre a questão, ver: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

31 FERRER, Diogo. op.cit.

32 Sobre os ataques bandeirantes às missões jesuítas espanholas no Paraguai, a obra de John Monteiro ainda permanece uma grande referência, já que mapeia boa parte da historiografia produzida sobre a atividade

Considerações finais

Durante muito tempo convencionou-se definir a fronteira como sendo o limite entre o mundo civilizado e a barbárie. Essa visão foi responsável por resguardar aos índios das fronteiras ibéricas na América um lugar secundário na história. Nesse aspecto, a interlocução com Antropologia nos estudos sobre as populações americanas foi crucial para fornecer a História novas perspectivas de abordagem que levassem em conta os grupos étnicos em situação colonial.

Soma-se a isso, a influência do paradigma colonialista, que desconsiderou elementos fundamentais, como a etnicidade, para a apreensão da dinâmica social do mundo colonial, impedindo análises mais pormenorizadas da questão. O entendimento da fronteira se pautou como um espaço primordialmente de aculturação, na qual o índio aos poucos perderia suas características “puras” ou “essenciais”, quando posto em contato com elementos de origem ibérica. Essa perspectiva essencialista dos povos indígenas limitou o campo analítico do historiador porque não percebeu os processos de formação de identidades, construídos em contextos específicos pelos próprios nativos. Como indicou Karen Spalding, no limite, a própria condição indígena foi resultado direto da colonização e, portanto, só pode ser compreendida imersa naquele contexto³³. Em linhas gerais, o termo “índio” estava distante de corresponder aos diversos contextos e povos que moldaram as relações iberoamericanas no período colonial. Além disso, desconsiderou a realidade extremamente complexa das categorias identitárias constituídas a partir das políticas indígenas - as que são articuladas pelos próprios nativos - e indigenistas - as estruturas organizativas implantadas pelos ibéricos direcionadas aos índios.

Seguindo outro caminho, a historiografia recente repensou o papel da fronteira, frisando os múltiplos significados que ela pode assumir, delimitando diferentes aspectos - religiosos, culturais, étnicos, sociais - nos estudos sobre as populações indígenas. Nessa direção, a condição de fronteira forneceu aos nativos maiores possibilidades de negociação com as monarquias e os agentes coloniais. Mesmo sendo considerados subalternos, destinados a ocuparem os estratos mais baixos da sociedade, os índios se aproveitaram de sua condição para pleitear políticas específicas aos estados ibéricos, que de alguma forma lhes fossem úteis na conquista de seus anseios, fossem eles pessoais ou coletivos. Conforme apontou Guillaume Boccara, “los indígenas evolucionaban en diversos espacios fronterizos y sacaban un feliz provecho de los antagonismos que se producían entre potencias europeas”.³⁴

Nos documentos deixados pelos jesuítas dificilmente ficaram claras as intenções dos índios. As informações são bastante lacunosas em vários aspectos, além de repletas das visões de mundo dos inicianos sobre as populações indígenas. Em algumas circunstâncias, os interesses dos jesuítas convergiram com os indígenas, embora isso não fosse uma regra. Segundo Eduardo Neumann, a análise da escrita guarani pode ajudar a reconhecer o protagonismo indígena na redução, ainda que algumas fontes tenham sido traduzidas para o espanhol pelos jesuítas.³⁵

É possível aventar que os jesuítas ganharam a confiança dos índios porque se

sertanista portuguesa no século XVII. ver: MONTEIRO, John. *Negros da Terra...*, op.cit, pp. 57-85.

33 SPALDING, Karen. *De índia a campesino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974, pp. 147-193.

34 BOCCARA, Guillaume, “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”., op.cit, 2005.

35 NEUMANN, Eduardo. “De letra de índios: cultura escrita e memória indígena nas reduções guaranis do Paraguai”. *Varia historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 177-196, June 2009.

apresentaram como aliados, compartilhando com eles experiências similares no interior das reduções. Afinal, era extremamente difícil para os inacianos impor autoridade de forma plena nesses espaços. Com isso, a construção de um caminho de mediação era algo inevitável à funcionalidade da evangelização. Afinal, o espaço da redução também é um lugar de fronteiras³⁶. Contudo, ainda que fosse interessante para os guaranis que viveram à sombra da escravidão e da encomienda aderir ao projeto missionário, alguns simplesmente abandonaram seus pueblos de origem e se misturaram à sociedade envolvente nas cidades, ou seja, os índios desenvolveram estratégias para agir conforme suas expectativas. Porém, sobre o papel destes índios na sociedade colonial, carecem mais estudos.³⁷

De um modo mais amplo, o que se procurou demonstrar neste artigo foi a importância da revisão das fontes históricas a partir da ótica indígena. Empregando como quadro teórico e analítico a perspectiva da negociação, talvez mais evidente nos espaços fronteiriços por razões anteriormente discutidas, se pode inferir sobre determinados pontos ainda obscuros nos estudos sobre o indigenismo. No caso do Paraguai colonial, a situação de fronteira imposta aos seus habitantes e a existência de inúmeros conflitos que envolveram a disputa pelo controle das populações nativas permitiu perceber algumas expectativas dos índios daquele tempo. Em suma, conforme salientou Marc Bloch, “são os homens que a História quer capturar”.³⁸

Recebido em 30 de abril de 2015, aprovado em 04 de junho de 2015.

36 POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 142.

37 GARCIA, E. F. “Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII”..., op.cit, 2009.

38 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.54.